

PROCESSO Nº

-2508-

REG. PROC. Nº

-

FOLHA Nº

-

FL. 1



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 120/18

INSTITUI O PROGRAMA TEMPORÁRIO DE
PASAMENTO - PTP

Autor: de

PREFEITO MUNICIPAL

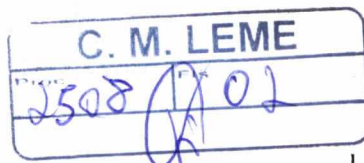
AUTUAÇÃO

Aos 22 (VINTE E DOIS) dias do mês de OUTUBRO de 2018

autuo O P. L. Nº 120/18

Eu, _____, subscrevi

Aut. de Lei nº 85/18



Ofício nº 803/2018 - GP

Leme, 22 de outubro de 2018.

Excelentíssimo Senhor,



Câmara Municipal de Leme
Protocolo 002521
Processo 002508
Horário: 22/10/2018 13:43:00
William Carlos Zero da Silva

Vimos à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, com o objetivo de encaminhar Projeto de Lei que “Dispõe sobre o Programa Temporário Pagamento de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme”.

Para melhor análise da proposta encaminhamos a justificativa necessária a sua apresentação, bem como documentação anexa, no sentido de que a mesma faça parte integrante do Projeto de Lei ora apresentado.

Solicitamos que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em **regime de urgência**, de conformidade com os artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

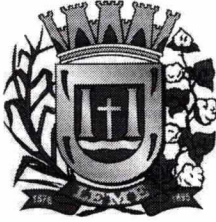
Ao

Excelentíssimo Senhor,

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

C. M. LEME	
Proc	Fis
2508	03

Projeto de Lei nº. 120 /2018.

Institui o "Programa Temporário de Pagamento - PTP".

Art. 1º - Institui-se, através da presente lei, o "*Programa Temporário de Pagamento - PTP*", cujo objetivo é proporcionar o pagamento dos débitos havidos para com a Fazenda Pública do Município de Leme, sob a administração da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Poderão ser objeto do presente "*Programa Temporário de Pagamento - PTP*" os débitos de natureza tributária, ajuizados ou não, parcelados ou não, e cujos fatos geradores tenham ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2017, sendo que a adesão ao programa dar-se-á por opção do contribuinte ou do responsável pelo crédito municipal, momento em que haverá por ele a aceitação plena e irretratável da dívida relativa aos débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso de certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, IV do Código Tributário Nacional.

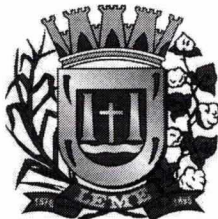
Art. 3º - Ao aderir ao "PTP" haverá a incidência apenas da respectiva correção monetária referente ao débito, descontando-se integralmente (100%) os juros e multa incidentes.

Parágrafo único – É condição para a adesão ao programa a expressa desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas, recursos apresentados na senda administrativa

Art. 4º - O pagamento somente se dará à vista, vedando-se o parcelamento.

Art. 5º - Para os débitos ajuizados os eventuais honorários deverão ser pagos integralmente e conjuntamente com o principal.

Art. 6º - Eventuais depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



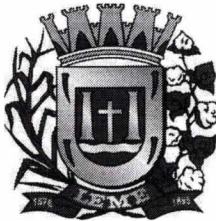
Art. 7ª - O "Programa Temporário de Pagamento - PTP" não configura novação prevista no artigo 360, inciso I do Código Civil.

Art. 8º - O prazo para adesão ao PTPI – Programa Temporário de Parcelamento Incentivado será de 30 dias, a contar da publicação desta lei, podendo ser prorrogado através de Decreto do Executivo.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leme, 17 de outubro de 2018.

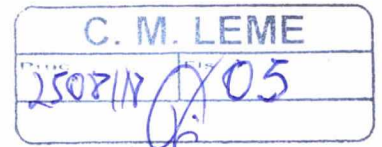
WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA



CONSIDERANDO a necessidade de se incrementar os mecanismos de recuperação de créditos de baixa recuperação pelo Município;

CONSIDERANDO o alto custo para o Município de uma execução fiscal para a cobrança de seus créditos tributários;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas recomenda-se a implantação de mecanismos de recuperação de créditos tributários pelo Município;

CONSIDERANDO finalmente que todo titular de Poder deve pautar suas decisões no princípio da primazia do interesse público;

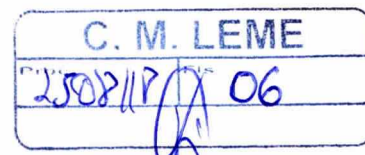
Submeto o presente Projeto de Lei para a devida apreciação por essa Casa de Leis.

Leme, 17 de outubro de 2018.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



Estimativa de Impacto Orçamentário para Concessão de Incentivos
nº 56/2018

Atendimento ao art.14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA TEMPORÁRIO DE PAGAMENTO DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME.”

Estudo com o intuito de estimar o Impacto Orçamentário da concessão de incentivos fiscais, através da anistia que representa renúncia da receita. A concessão da anistia implica no perdão de valores significativos que deixam de ingressar nos cofres públicos municipais, no caso em referência multas e juros. Mas por questões políticas e econômicas vê a necessidade no momento para concessão deste incentivo fiscal, na expectativa de recuperar créditos considerados de difícil recuperabilidade pelo Município.

Desta forma, o contribuinte devedor aproveita o desconto concedido para quitar suas obrigações junto ao fisco, e o município tem um efeito positivo no montante global da Dívida Ativa.

Leme, 17 de Outubro de 2018.

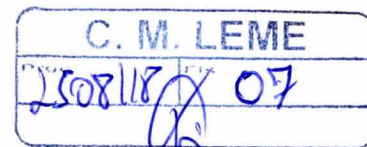
Valéria Ap. Scatolini Otsuka
Diretora de Contabilidade
CRC: 1SP214845/O-7

Bruna Vieira Coelho
Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



ESTIMATIVA DE IMPACTO	
Receita da Dívida Ativa Arrecadada no exercício de 2017	R\$ 8.712.867,95
Valor de Juros e Multas Arrecadados no exercício de 2017	R\$ 692.095,33
Estimativa de redução de valor pertinente a juros e multas da Dívida Ativa de Débitos inscritos até 31/12/2017	
Valor da Dívida Ativa em 31/12/2017	R\$ 155.764.923,74
Valor de Multas e Juros Dívida Ativa	R\$ 71.392.017,45
Hipótese de Adesão	7,0%
Montante global das multas e juros da Dívida Ativa	R\$ 71.392.017,45
Estimativa de Renúncia	R\$ 4.997.441,22
Estimativa de renúncia de receita no exercício vigente e nos dois seguintes	
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2018	R\$ 1.180.000,00
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2018 com adesão a anistia	R\$ 349.820,89
Estimativa de Renúncia da Receita em 2018	R\$ 830.179,11
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2019 (*)	R\$ 1.230.150,00
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2020 (*)	R\$ 1.279.356,00
(*) Para calcular a estimativa de arrecadação de juros e multas dos exercícios de 2019 e 2020 foram utilizadas as metas da Inflação divulgadas pelo Banco Central, 4,25% e 4% respectivamente.	

Leme, 17 de Outubro de 2018.


Valéria Ap. Scatolini Otsuka
Diretora de Contabilidade
CRC: 1SP214845/O-7


Bruno Vieira Coelho
Chefe do Núcleo de Planejamento
e Orçamento

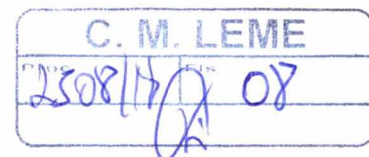

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER JURÍDICO

ASSESSORIA JURÍDICA



**EMENTA: PROJETO DE LEI N.º 120/18 – INSTITUI
O “PROGRAMA TEMPORÁRIO DE
PARCELAMENTO - PTP”.**

Senhor Presidente,

Em atenção a vossa solicitação, informamos o seguinte:

Trata-se de parecer jurídico para apreciação do projeto de lei acima descrito por esta Casa Legislativa.

O referido projeto tem o objetivo de proporcionar aos cidadãos o pagamento de seus débitos de natureza tributária, ajuizados ou não, parcelados ou não e cujo os fatos geradores tenham ocorridos até dia 31 de dezembro de 2017.

É o breve relatório.

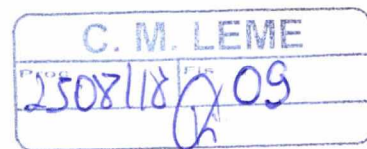
Passo opinar.

Ab initio, cumpre observar que não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade na presente proposição, a análise está restrita aos aspectos de legalidade e de técnica legislativa de todos os projetos, para efeito de admissibilidade e tramitação, logo caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO



À

Procuradoria Jurídica

Câmara Municipal de Leme/SP

Tomar providências no sentido de
emissão de parecer jurídico referente ao **PL 120/18** – Institui o "Programa
Temporário de Pagamento - PTP".

Leme/SP, 22 de outubro de 2.018.

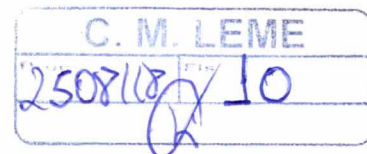
Ricardo Pinheiro de Assis
Vereador Ricardinho
Presidente da Câmara Municipal de Leme/SP



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.



I – DO REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL

Inicialmente, cabe se manifestar sobre o ofício nº 803/2018 – GP, do Sr. Prefeito Municipal, o qual requer que a tramitação do Projeto em questão, seja sob o **regime de urgência especial**.

Porém, cumpre salientar que, está tramitando por esta Casa, Projeto de Lei que altera a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, e somente após sua decida tramitação, promulgação e publicação, que o presente Projeto poderia iniciar a sua tramitação.

Em razão do observado acima, necessário se faz a análise do cumprimento do art. 14¹ da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja,

¹ Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da **qual decorra renúncia de receita** deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e **a pelo menos uma das seguintes condições:** (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do **aumento de receita**, proveniente da elevação de alíquotas, **ampliação da base de cálculo**, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º **A renúncia compreende anistia**, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo **que implique redução discriminada de tributos** ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. (destacado)

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

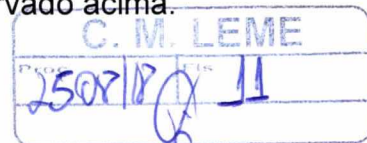
II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

deve haver primeiro alteração da Lei Orçamentaria, que trará os impactos trazidos no presente projeto, para depois tramitar o presente, por isso do observado acima.



No mais, D. Presidente, em análise a tramitação em urgência especial, temos no Regimento Interno desta Casa, os artigos 190, I, 191, 192 e 193² que cuidam da matéria.

Desta forma, o pedido feito pelo Prefeito Municipal depende de requerimento feito pela Mesa Diretora ou 1/3 (um terço) dos membros desta Casa Legislativa que, apresentado e aprovado pelo plenário, por maioria qualificada, dispensa-se as exigências Regimentais, salvo de emissão de parecer e de numeração legal.

² “**Art. 190** - As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:

I - Urgência Especial;

Art. 191 - A Urgência Especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e de parecer, para que determinado projeto seja imediatamente considerado, a fim de evitar grave prejuízo ou perda de sua oportunidade.

Art. 192 - Para a concessão deste regime de tramitação serão, obrigatoriamente, observadas as seguintes normas e condições:

I - a concessão de Urgência Especial dependerá de apresentação de requerimento escrito, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado, com a necessária justificativa, e nos seguintes casos:

a) pela Mesa, em proposição de sua autoria;

b) por 1/3 (um terço), no mínimo dos vereadores;

II - o requerimento de urgência Especial poderá ser apresentado em qualquer fase da sessão, mas somente será submetido ao Plenário durante o tempo destinado à Ordem do Dia;

III - o requerimento de urgência especial não sofrerá discussão, mas sua votação poderá ser encaminhada pelos Líderes das bancadas partidárias, pelo prazo improrrogável de cinco minutos;

IV - não poderá ser concedida urgência especial para qualquer projeto, com prejuízo de outra urgência especial já votada, salvo nos casos de instabilidade institucional e calamidade pública;

V - o requerimento de urgência especial depende, para sua aprovação, de "quorum" da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 193 - Concedida urgência especial para projeto que não conte com pareceres, o Presidente designará relator especial, devendo a sessão ser suspensa pelo prazo de trinta (30) minutos, para a elaboração do parecer escrito ou oral.

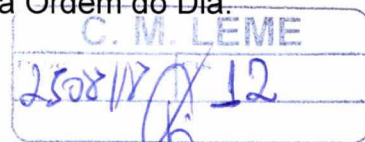
Parágrafo único - A matéria, submetida ao regime de urgência especial, devidamente instruída com os pareceres das comissões ou o parecer do relator especial, entrará imediatamente em discussão e votação, com preferência sobre todas as demais matérias da Ordem do Dia. “



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Assim, sendo concedida a urgência especial, com os respectivos pareceres ou com o parecer do relator especial, se for o caso, entrará em discussão e votação, com preferência com as demais matérias colocadas na Ordem do Dia.



Ainda cabe observar que, em sendo requerido o regime de urgência especial e respectivamente aprovado, conforme já observado, este terá prazo de até 45 (quarenta dias) dias para a sua apreciação, como prevê o artigo 194³ do RICML.

Logo, como o ofício do D. Prefeito requer o regime de urgência, cabe esta Procuradoria Jurídica em observar este ponto específico para a tramitação da matéria.

II – DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA DO PROJETO

Sr. Presidente, o presente projeto em questão versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I⁴ da Constituição da República e no artigo 22, inciso I⁵ da Lei Orgânica Municipal.

³ **Art. 194** - O regime de urgência implica redução dos prazos regimentais e se aplica somente aos projetos de autoria do Executivo submetidos ao prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para apreciação.

⁴ **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

⁵ **Artigo 22** – Cabe à Câmara de Vereadores, com a sanção do Prefeito, dispensada esta nos casos do artigo 23, dispor e apreciar sobre todas as matérias de competência do Município, e especialmente sobre: (Emenda nº 35/16)

I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando as legislações federal e estadual;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Trata-se de proposição de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe o art. 52, inciso XVIII⁶ da Lei Orgânica Municipal.



Feitas estas considerações sobre a competência e iniciativa, a Procuradoria Jurídica **ENTENDE** *s.m.j.*, pela regularidade formal do projeto, pois se encontra juridicamente apto para tramitação nesta Casa de Leis.

III – DO QUÓRUM E PROCEDIMENTO

Para aprovação do Projeto de Lei nº. 120/2018 será necessário o voto favorável por maioria simples, nos termos do artigo 29⁷ da Lei Orgânica do Município, assim sendo aprovada pela maioria dentre os presentes na Sessão, como trata o artigo 53⁸, a, §1º do RICML, desde que respeitado o limite de membros necessários para a abertura da Sessão,

Observa-se que, para a abertura de toda Sessão Plenária, deverá conter a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros desta Casa, mas para que haja deliberação e aprovações de projetos, deverá conter em plenário a maioria absoluta de seus membros, como prevê o artigo 158⁹, §2º do RICML, ou seja,

⁶ **Artigo 52** - Compete privativamente ao Prefeito:

XVIII - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e a utilização da receita, autorizar as despesas e os pagamentos dentro dos recursos orçamentários ou dos créditos aprovados pela Câmara;

⁷ **Artigo 29** - As leis ordinárias serão aprovadas pela maioria simples dos membros da Câmara.

⁸ **Art. 53** - As deliberações do Plenário serão tomadas por:

a) maioria simples;

Parágrafo 1º - A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os presentes à reunião.

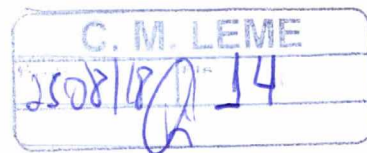
⁹ **Art. 158** - O Presidente declarará aberta a sessão à hora prevista para o início dos trabalhos, após verificação do comparecimento de 1/3 dos membros da Câmara, feita pelo Primeiro Secretário através de chamada nominal.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

a Sessão poderá ser aberta com 09 (nove) membros desta Casa, mas para deliberarem sobre qualquer proposição terá que estar presente 12 (doze) Edis.



IV – DAS COMISSÕES PERMANENTES

Por fim, verifica-se que a proposição precisa ser submetida ao crivo das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento Finanças e Contabilidade.

V – DA MATÉRIA QUE TRATA O PROJETO

Sr. Presidente, no projeto em questão, traz matéria de remissão de crédito por parte do Prefeito Municipal que concede remissão de 100% (cem por cento) de multa e juros ao munícipe que se encontra em débito com a Fazenda Municipal.

A respeito disso, como acima observado, após tramitação que altera a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que poderá o Legislador apreciar o presente projeto, pois só assim, haverá o respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal.

VI - CONCLUSÃO

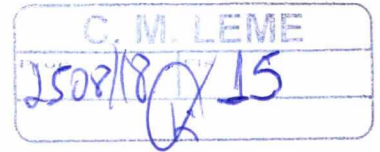
Diante de todo exposto, do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, **depois de observadas as recomendações**

Parágrafo 2º - Instalada a Sessão, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do Expediente, passando-se à fase destinada ao uso da Tribuna.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

constantes neste parecer, a Procuradoria Jurídica **ENTENDE**, *s.m.j.* pela viabilidade técnica, do Projeto de Lei Complementar nº. 120/2018.



Porém, cabe ainda, sobre o ponto específico apresentado, a verificação e apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que opinará sobre a proposta em questão.

Leme/SP, 22 de outubro de 2018.

Paulo Augusto Hildebrand
PROCURADOR JURÍDICO

ATA
de 20 de 2018
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA
de 20 de 2018
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Ao Expediente

22 / 10 / 2018

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 22 / 10 / 18

VISTA

Em 23 de outubro de 2018

Com vista às comissões

Funcionário

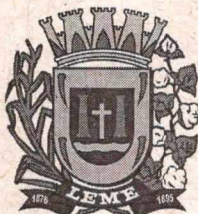
JUNTADA

Em 25 de outubro de 2018

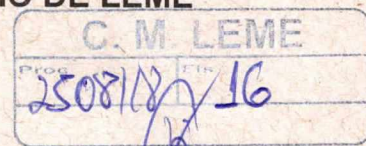
raço juntada a estes autos da

Processo da Comissão

Funcionário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 120/18

EMENTA: “Institui o “Programa Temporário de Pagamento – PTP”

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

e

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões “Palmiro Ferreira Vieira”, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.) -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária, de Autoria do Prefeito Municipal que institui o “Programa Temporário de Pagamento – PTP”.

2.) -

Ressalto que o Excelentíssimo Prefeito Municipal solicitou o regime de urgência em determinado projeto.

3.) -

Quanto o aspecto legal, constitucional e regimental, o Projeto encontra-se em condições de ter sua tramitação pela Casa, uma vez que foi proposto pelo Chefe do Executivo, portanto, parte legítima e competente para proposição da matéria, conforme prescreve a Lei Orgânica do Município e também o próprio Regimento Interno.

4.) -



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Sob o aspecto do interesse e conveniência, entendemos ser o projeto interessante, porque trará ao Município a recuperação de créditos tributários, bem como minimizará o custo para execução fiscal.

5.) –

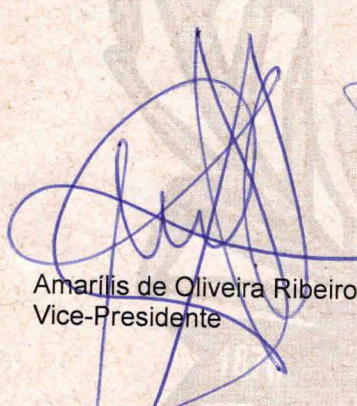
Por fim, ao analisarmos o aspecto redacional da matéria a Comissão de Constituição Justiça e Redação emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.


6.) –

Para a Comissão de mérito, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente, razão porque a Comissão de Orçamento, Finanças é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 25 de outubro de 2018.

Pela Comissão de C.J.R.


Amarilis de Oliveira Ribeiro
Vice-Presidente

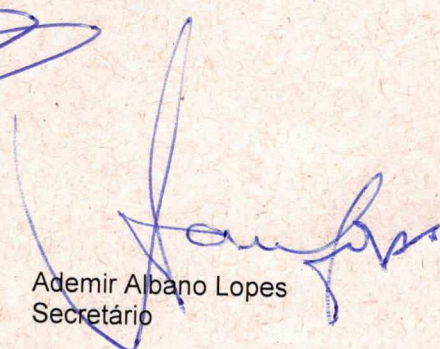

Ellan Ricardo da Paixão
Presidente


Elias Eliel Ferrara
Secretário

Pela Comissão de O.F.C.


Alexandre dos Santos Leme
Vice-Presidente


Elias Eliel Ferrara
Presidente


Ademir Albano Lopes
Secretário

JUNTADA

Em 26 de Outubro de 2018

raço juntada a estes autos

do
Processo nº 819118 - GP SINJ

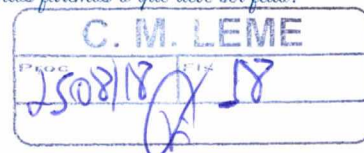
Funcionário

[Assinatura]

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Juntos faremos o que deve ser feito!



Ofício nº 819/18 – GP SNJ

Leme/SP, 23 de outubro de 2.018.

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente e com fundamento no art. 8º, § 3º, da L.O.M. c.c. art. 178 do RICML, venho respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a **CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA** da Câmara, para apreciação, nessa Sessão Legislativa **em caráter de extrema urgência**, do **Projeto de Lei Ordinária nº 120/18**, que autoriza o Poder Executivo que ***“Instituir o Programa Temporário de Pagamento”***, protocolado nesta Casa.

A pertinência da solicitação, não bastasse trazer os respectivos projetos a solicitação de tramitação de urgência especial, a matéria tratada no projeto é de urgência e de relevante interesse público.

No **Projeto de Lei Ordinária nº 120/18**, que autoriza o Poder Executivo que ***“Instituir o Programa Temporário de Pagamento”***, a urgência funda-se na necessidade de arrecadação de créditos tributários, através de programa de incentivo.

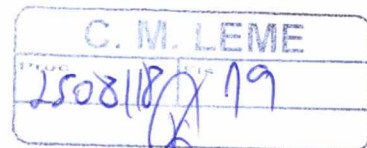
É sabido que, todos os entes Municipais passam por dificuldades financeiras, e com a chegada das despesas com o servidores no final do ano, busca-se o presente incentivo a fim de melhorar a arrecadação do Município e cumprindo com suas obrigações financeiras e em especial com os servidores.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
LEME
ESTADO DE SÃO PAULO**



Juntos faremos o que deve ser feito!

De forma que por tais razões, rogamos sejam apreciados por esta Casa, já que demonstrado a necessidade, a conveniência e o verdadeiro interesse público, o que por si só, está a justificar a convocação extraordinária desta Casa, para apreciar os projetos em questão.



Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e aos Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

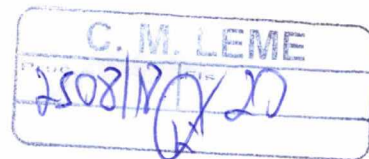
**Ao
Excelentíssimo Senhor
RICARDO PINHEIRO DE ASSIS
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município
Leme – SP**



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimos Senhores,



Em atendimento ao artigo 178, do Regimento Interno desta Casa bem como o Ofício nº 819/18 – GP SNJ do Prefeito Municipal, ficam Vossas Excelências **CONVOCADOS** para participar de Sessão Extraordinária, neste próximo dia 26 de outubro, a partir das 17 horas, para apreciação do **Projeto de Lei Ordinária nº 120/18**, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Temporário de Pagamento.

Leme/SP, 24 de outubro de 2016.

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente da Câmara Municipal de Leme

CIENTE:

ADENIR DE JESUS PINTO: _____

AMARALIS DE OLIVEIRA RIBEIRO: _____

ELLAN RICARDO DA PAIXÃO: _____

ELIAS ELIEL FERRARA: _____

ALEXANDRE DOS SANTOS LEME: _____

ADEMIR ALBANO LOPES: _____



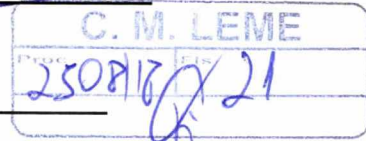
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

MARIMARCOS MUNIZ FELIX: _____

RICARDO DE MORAES CANATA: _____

CARLOS ALBERTO LEITE: _____



OSVAIR ANTUNES DA SILVA: _____

JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI: _____

NIVALDO APARECIDA BEGNAMIA: _____

MARCELO ALVES DE CARVALHO ALMEIDA: _____

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA: _____

JOSIEL RODRIGO RAMALHO: _____

LOURDES SILVA CAMACHO: _____



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO


A Ordem do Dia

26 / 10 / 2018

PRESIDENTE



Projeto de Lei nº 120/18 aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.
Em 26 de outubro de 2018.


Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 120/2018

Institui o "Programa Temporário de Pagamento - PTP".



Art. 1º - Institui-se, através da presente lei, o "*Programa Temporário de Pagamento - PTP*", cujo objetivo é proporcionar o pagamento dos débitos havidos para com a Fazenda Pública do Município de Leme, sob a administração da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Poderão ser objeto do presente "*Programa Temporário de Pagamento - PTP*" os débitos de natureza tributária, ajuizados ou não, parcelados ou não, e cujos fatos geradores tenham ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2017, sendo que a adesão ao programa dar-se-á por opção do contribuinte ou do responsável pelo crédito municipal, momento em que haverá por ele a aceitação plena e irrevogável da dívida relativa aos débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso de certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, IV do Código Tributário Nacional.

Art. 3º - Ao aderir ao "PTP" haverá a incidência apenas da respectiva correção monetária referente ao débito, descontando-se integralmente (100%) os juros e multa incidentes.

Parágrafo único – É condição para a adesão ao programa a expressa desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas, recursos apresentados na senda administrativa.

Art. 4º - O pagamento somente se dará à vista, vedando-se o parcelamento.

Art. 5º - Para os débitos ajuizados os eventuais honorários deverão ser pagos integralmente e conjuntamente com o principal.

Art. 6º - Eventuais depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito.

Art. 7ª - O "*Programa Temporário de Pagamento - PTP*" não configura novação prevista no artigo 360, inciso I do Código Civil.

Art. 8º - O prazo para adesão ao PTPI – Programa Temporário de Parcelamento Incentivado será de 30 dias, a contar da publicação desta lei, podendo ser prorrogado através de Decreto do Executivo.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leme, 26 de outubro de 2018.

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente